

DIÁRIO ELETRÔNICO MPDFT

Edição n.º 2.041, 24 de agosto de 2021.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO

Procuradora-Geral de Justiça

SELMA LEITE DO NASCIMENTO SAUERBRONN DE SOUZA

Vice-Procuradora-Geral de Justiça Jurídico-Administrativa

ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE ALMEIDA

Vice-Procurador-Geral de Justiça Institucional

LIBANIO ALVES RODRIGUES

Ouvidor

JOSÉ VALDENOR QUEIROZ JÚNIOR

Corregedor-Geral

MOACYR REY FILHO

Chefe de Gabinete da PGJ

WAGNER DE CASTRO ARAÚJO

Secretário-Geral





Ministério Público da União Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Procuradoria-Geral de Justiça

PORTARIA № 436, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS,

no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO os termos do art. 12, § 3º, da Portaria PGR/MPU nº 32, de 30 de agosto de 2019, publicada no BS/MPF nº 9/2019,

CONSIDERANDO o teor do Tabularium nº 08191.109613/2021-56,

RESOLVE:

Art. 1º Designar ARLISON VINICIOS DE BRITO ALMEIDA, matrícula 5584-1, sem vínculo com a Administração Pública, para substituir, no período de 5 a 24 de agosto de 2021, o cargo em comissão de Assessor Chefe Especial de Imprensa da Assessoria Especial de Imprensa da Procuradoria-Geral de Justiça, código CC-05 (50002017).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO

Publicação: AMOC Origem: SGP



PAUTA - 43ª SESSÃO ORDINÁRIA

25 de agosto de 2021, às 14h30 Ambiente Virtual (Microsoft Teams)

Coordenador Administrativo das Câmaras Reunidas:

ANTONIO EZEQUIEL DE A. NETO

Membros

1ª Câmara de Coordenação e Revisão Criminal

2ª Câmara de Coordenação e Revisão Criminal

Ezequiel Neto - Coordenador Francisco Leite de Oliveira - Membro Titular Maurício Miranda – Membro Titular Moisés A. Freitas – Coordenador em Exercício Mauro Faria de Lima – Membro Titular Fernando Cezar P. Valente – Membro Suplente

EXPEDIENTE

A. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR: Ata da 39ª Sessão Ordinária, de 17 de junho de 2021

ORDEM DO DIA

<u>PROCESSOS JUDICIAIS ELETRONICOS – PJE - Art. 28 da Lei n.</u> 11.343/2006

1. PJe n. 009473-68.2019.8.07.0003 – Juizado Especial de Ceilândia

Relator: Dr. Ezequiel Neto

Autores do fato: Gabriela da Silva Belo, Jucerlan Alves Rolim

Vítima: o Estado

Incidência penal: Art. 28, caput, da Lei n. 11.343/2006



2. PJe n. 0001155-62.2020.8.07.0003 -

Relator: Dr. Francisco Leite de Oliveira

Autor do fato: Ricardo Antonio Barbosa da Conceição **Incidência penal:** Art. 28, caput, da Lei n. 11.343/2006

3. PJe n. 0707673-27.2020.8.07.0003 – Juizado Especial Criminal de Ceilândia

Relator: Dr. Mauricio Silva Miranda

Autor do fato: Daniel Kevin Brauna da Rocha

Incidência penal: Art. 28, caput, da Lei n. 11.343/2006

4. PJe n. 0009124-65.2019.8.07.0003 – Juizado Especial Criminal de Ceilândia

Relator: Dr. Fernando Valente

Autor do fato: Ronildo Rocha dos Santos

Incidência penal: Art. 28, caput, da Lei n. 11.343/2006

5. PJe n. 0713541-83.2020.8.07.0003 – Juizado Especial Criminal de Ceilândia

Relator: Dr. Mauro Faria de Lima

Autores do fato: Rodrigo Ribeiro da Cunha, Cleiton Maciel Rodrigues de Lima e

Carlos José Pereira Alves

Incidência penal: Art. 28, caput, da Lei n. 11.343/2006

UNIFORMIZAÇÃO DO ENTENDIMENTO VISANDO A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO SOBRE A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA, COM ÊNFASE AO CRIME DE FURTO – CP, ART. 155

<u>Encaminhamento da discussão e subsídios para o debate</u>: Coordenador, Dr. Ezequiel Neto

6. PJe n. 0705719-40.2020.8.07.0004 – 1^a Vara Criminal do Gama

Relator: Dr. Maurício Miranda Autores do fato: Eduardo Mendes Vítima: Belizário Barbosa Santos

Incidência penal: Art. 155, §1° e 4°, I e IV c/c art. 14, II, ambos do CP.

7. PJe n. 0702770-82.2021.8.07.0012 -

Relator: Dr. Mauricio Miranda

Autor do fato: Constâncio de Moraes Sousa



Incidência penal: Art. 155, caput, do CP.

8. PJe n. 0703070-71.2021.8.07.0003 - Relator: Dr. Francisco Leite de Oliveira Autor do fato: Fernando Freitas Maciel Incidência penal: Art. 155, §1° do CP

PROCESSOS DE COORDENAÇÃO

9. PA n. 08190.000307/20-86

Relator: Dr. Maurício Miranda

Assunto: Uniformização do tratamento dado pelas Câmaras Criminais ao

arquivamento de Notícias de Fato.

Interessados: Câmaras de Coordenação Criminais Reunidas

ASSUNTOS PARA DISCUSSÃO

10. Nota Técnica n. 01/2021 – NED/NDH (ref. Tabularium n. 08191.075952/2021-21)

Assunto: Orientação acerca do não cabimento dos institutos despenalizadores do ANPP, Suspensão Condicional do Processo e Transação Penal, nos procedimentos investigatórios e processos criminais envolvendo crimes de racismo, compreendidos aqueles tipificados na Lei n. 7.716/89 e no art. 140, §3° do Código Penal.

11. PA n. 08190.002346/21-90 (ref. Tabularium n. 08191.086474/2021-85)

Assunto: Diretivas aprovadas no evento "O novo crime de Stalking e suas repercussões".

12. PA n. 08190.002349/21-88 (ref. Tabularium n. 08191.090588/2021-20)

Assunto: Informações sobre dados e ações penais envolvendo exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (ref. Of. 325/2021-MPT).



13. Nova redação do item X, do Enunciado 102:

Redação atual: "É incabível o acordo de não persecução penal para os crimes hediondos e equiparados, mesmo que a pena mínima seja inferior a quatro anos, como nos crimes de genocídio e posse e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, visto que em razão da gravidade, a medida não se mostra suficiente à reprovação e prevenção do crime."

Redação proposta pelo Dr. Moisés: X- É incabível o acordo de não persecução penal para os crimes hediondos e equiparados, mesmo que a pena mínima seja inferior a quatro anos, como nos crimes de genocídio e posse ou porte ilegal de arma de uso proibido, visto que em razão da gravidade, a medida não se mostra suficiente à reprovação e prevenção do crime.

Redação proposta pelo Dr. Antonio Ezequiel: É incabível o acordo de não persecução penal para os crimes hediondos e equiparados, mesmo que a pena mínima seja inferior a quatro anos, como nos crimes de genocídio e posse e porte ilegal de arma de fogo de uso proibido, excluindo-se dessa vedação o porte de arma de uso restrito.

APRESENTAÇÃO DE PROJETO

14. PA n. 08190.017224/19-00

Assunto: Apresentação do projeto desenvolvido pela Dra. Liliane Cardoso Guimarães, Promotora de Justiça: Paradigma da Promotoria de Justiça Criminal de Taguatinga sobre a aplicação da justiça terapêutica e preventiva nos casos de posse de quantidade ínfima de droga para consumo pessoal.

Relator: Dr. Antonio Ezequiel de A. Neto

Brasília, 20 de agosto de 2021

ANTONIO EZEQUIEL DE A. NETO

Coordenador Administrativo das Câmaras de Coordenação e Revisão Procurador de Justiça





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 64/2021 – UASG 200009

Nº Processo: 08191.032559/2021-43. Objeto: Registro de Preços, pelo prazo de até 12 (doze) meses, para eventual aquisição de barreiras de proteção em acrílico e fita dupla face. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 23/8/2021 das 08h00 às 12h00 e das 12h01 às 17h59. Endereço: Eixo Monumental, Lote 2, Edifício-Sede do MPDFT, Sala 607, Praça do Buriti - Brasília/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/200009-5-00064-2021. Entrega das Propostas: a partir de 23/8/2021 às 08h00 no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Abertura das Propostas: 2/9/2021 às 14h00 no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Ana Luisa Cardoso Zardim – Secretária de Licitação MPDFT.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS SECRETARIA GERAL

PORTARIA SG/MPDFT

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018, e considerando o teor do Tabularium nº 08191.107934/2021-16

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Portaria nº 711/2021, de 02/08/2021 - SG/PGJ, publicada no DOU Nº 146, quarta-feira, 4 de agosto de 2021, Seção 2, pág. 40, tabularium 08191.099264/2021-57, com o seguinte texto:

Onde se lê: "...para exercer a função de confiança de Chefe do Serviço de Ofícios e Notificações - Ordem Urbanística..."

Leia-se: "...para substituir a função de confiança de Chefe do Serviço de Ofícios e Notificações - Ordem Urbanística..."

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(Assinado Eletronicamente)

RENATO LUQUEIZ SALLES



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS SECRETARIA GERAL

PORTARIA SG/MPDFT

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018, e considerando o teor do Tabularium nº 08191.108802/2021-10,

RESOLVE:

Designar, de 8 a 15/9/2021, **GABRIELA RIBEIRO DE SOUZA**, matrícula 5445-3, sem vínculo com a Administração Pública, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Assessor Chefe de Gabinete de Promotoria II da 2ª Promotoria de Justiça Criminal e do Tribunal do Júri do Riacho Fundo da Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça de Brasília II, Guará, Núcleo Bandeirante e Riacho Fundo, código CC-02 (92001022).

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(Assinado Eletronicamente)
RENATO LUQUEIZ SALLES



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERALE TERRITÓRIOS SECRETARIA GERAL

PORTARIA SG/MPDFT

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.160/PGJ, de 06 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010, tendo em vista o que consta do Processo nº 08191062123/2021-89,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **GEORGE ANTONIO MIRANDADA CRUZ**, matrícula nº 3227, para exercer o encargo de Gestor Técnico do contrato 038/SG/MPDFT/2021, dispensando, em consequência o servidor **AILSON SANTIAGO DE FARIAS**, matrícula nº 4355, designado por meio da <u>Portaria/SG</u> nº 803, de 18 de agosto de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(Assinado Eletronicamente)

RENATO LUQUEIZ SALLES



Tornamos público o resultado do julgamento das propostas apresentadas na licitação em epígrafe. Empresa vencedora com o valor global respectivo: Automatic Engenharia Ltda. – CNPJ 03.737.225/0001-13 (Item 1 – R\$820.000,00).

Andrea Moraes de Oliveira Melo Pregoeira MPDFT

Sumário

Сара	p. 1
Procuradoria-Geral de Justiça	p. 2
Portaria 0436/2021	p. 2
Câmaras de Coordenação e Revisão	p. 3
Pautas de Julgamento 43	p. 3
Secretaria-Geral	p. 7
Aviso de Licitação 642021	p. 7
Portaria 816	•
Portaria 817	p. 9
Portaria 818	p. 10
Resultado de Julgamento de Licitação 482021	p. 11
Sumário	p. 12